

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1º Semestre - 2024



Desenbahia



Agência de Fomento do
Estado da Bahia S.A.



SUMÁRIO

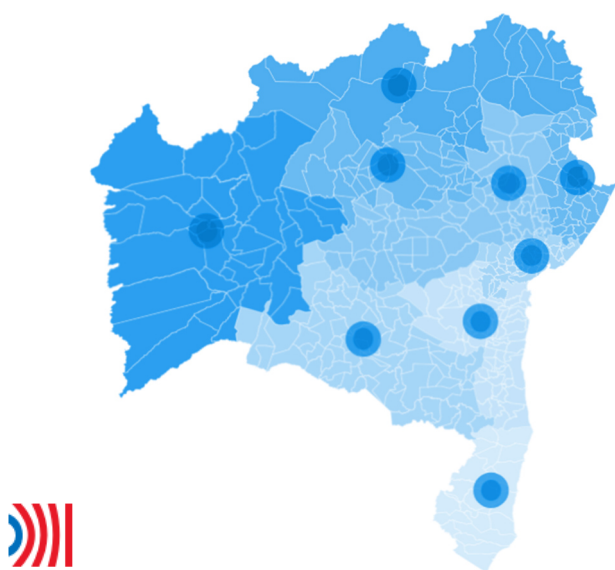
A DESENBAHIA.....	3
INDICADORES RELEVANTES.....	4
MENSAGEM DA DIRETORIA	4
I. DESEMPENHO OPERACIONAL	7
I.1 CONCESSÃO DE CRÉDITO	7
I.2 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	8
I.3 INFOGRÁFICOS.....	10
I.4 GESTÃO DE FUNDOS	13
II. DESEMPENHO FINANCEIRO.....	15
III. DESTAQUES DA GESTÃO	18
ADMINISTRAÇÃO EM 30/06/2024	23

A Desenbahia

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. foi constituída a partir da transformação do Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. em Agência de Fomento, em 2001, conforme Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Criada como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, tem o Estado da Bahia como acionista majoritário. Funciona com autorização do Banco Central do Brasil e, na condição de instituição financeira de fomento, está subordinada à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A Agência opera de forma alinhada com as políticas públicas estaduais e tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamentos de capital fixo e de giro, assim como a prestação de garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

Com sede no município de Salvador, a Desenbahia dispõe de oito gerências de Desenvolvimento, sendo uma alocada em Salvador para atender a Região Metropolitana, e sete alocadas fora da capital, de modo a atender a totalidade dos municípios baianos. Encontram-se distribuídas nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Teixeira de Freitas, Juazeiro e Vitória da Conquista.



Indicadores Relevantes

Em 30/06/2024:

	Capital Social	R\$ 623,9 milhões		Carteira de Operações	R\$ 725,7 milhões
	Ativo Total	R\$ 1.203,2 milhões		Liberações no período	R\$ 118,2 milhões
	Patrimônio Líquido	R\$ 786,8 milhões		Liberações no período	1.755
	Lucro Líquido	R\$ 43,1 milhões	Desenbahia  Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.		

Mensagem da Diretoria

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, voltamo-nos à sociedade baiana, com particular destaque aos nossos acionistas, clientes - empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais, microempreendedores – e trabalhadores em geral - todos responsáveis pela direção e força do desenvolvimento da Bahia -, no intuito de apresentar o desempenho operacional e o resultado financeiro da Desenbahia no 1º semestre de 2024.

No período em análise, o contexto amplo dos da dos econômicos nacionais apresentados pode ser considerado positivos. Em contrapartida, ocorreram circunstâncias no decorrer do semestre que ainda podem ocasionar impactos nas projeções anuais de índices econômicos. Conforme projetado pelo mercado, foi mantida a política de redução da curva de juros básico (Selic), com cortes sendo realizados desde o 2º semestre de 2023, finalizando assim o 1º semestre de 2024 com uma taxa de 10,50% a.a.

A estabilidade da Selic no 2º semestre, em patamar inferior ao verificado no ano passado, sinalizada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), aliada a demais indicadores macroeconômicos importantes como inflação convergindo para a meta e manutenção do arcabouço fiscal, são importantes pilares de amparo à possibilidade de melhora no cenário econômico nacional, o que potencializa a ação da Desenbahia como agente de fomento e apoio para a economia baiana.

Entretanto, ainda há incertezas a respeito do impacto dos eventos ocorrido no Rio Grande do Sul sobre a economia nacional, e de como este desastre natural deverá interferir nos

indicadores econômicos e variações dos índices, como por exemplo, o da inflação (IPCA), que possui forte influência na política monetária.

O indicador macroeconômico do Produto Interno Bruto superou as expectativas no 1º trimestre do ano com alta de 0,8%, demonstrando sinais positivos após rondar a estabilidade nos últimos dois trimestres. O PIB acumulado nos últimos 4 trimestres encerrados em março de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, cresceu 2,5%. A taxa de inflação (IPCA) obteve melhora no intervalo de 6 meses, reduzindo de 4,62% (dez/23) para 4,23% (jun/24), porém ainda acima da meta de 3,0% definida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. A taxa básica de juros, conforme supramencionado, houve redução de 11,75% a.a. (dez/23) para 10,50% a.a. (jun/24).

A Desenhahia manteve-se fiel à sua Missão de *‘viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana’*, e, para tanto, concentrou-se nos seus principais objetivos: apoiar empreendimentos na Bahia por meio da concessão de crédito, administrar fundos e prestar serviços de agenciamento financeiro.

A Agência liberou R\$ 118,21 milhões, sendo R\$ 73,25 milhões de Recursos Próprios (RP); R\$ 41,58 milhões provenientes do Sistema BNDES/Finame; R\$ 2,78 milhões do Fundo Geral de Turismo – Fungetur; e R\$ 0,6 milhão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé.

Adicionalmente, com recursos do Fundese, foram liberados R\$ 84,7 milhões.

A administração da agência controla de forma concisa e segura as despesas administrativas, e está atenta aos riscos de crédito e operacional, à rentabilidade dos valores mobiliários, e ao crescimento saudável e seguro da carteira de crédito. Desta forma, foi auferido Lucro Líquido de R\$ 43,17 milhões no 1º semestre de 2024.

Como de praxe, a Desenhahia participou e patrocinou o maior evento do Norte e Nordeste voltado para o agronegócio, o *Bahia Farm Show*. O evento é de grande importância, visto a forte correlação do portfólio de linhas ofertadas na feira com os segmentos de grãos, algodão e café, todos com relevante participação na carteira ativa da agência.

Nas próximas seções deste documento, serão detalhados os resultados obtidos pela Agência, assim como os destaques da gestão organizacional que marcaram o período.

Agradecemos ao governador Jerônimo Rodrigues, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria pela confiança no nosso trabalho, assim como pelo apoio e contribuições. Aproveitamos o ensejo para encaminhar aos colaboradores nosso reconhecimento pela dedicação e eficiência.

I. Desempenho Operacional

I.1 Concessão de Crédito

No 1º semestre de 2024 houve liberação de crédito na ordem de R\$ 118,21 milhões referente à carteira Desenhahia sendo: R\$ 73,25 milhões de Recursos Próprios (RP), ou 61,96% do total; R\$ 41,58 milhões provenientes do Sistema BNDES/Finame, ou 35,17%; R\$ 2,78 milhões do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, 2,36%; e R\$ 0,60 milhão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, ou 0,51%. Na razão comparativa com o mesmo período do ano passado, houve crescimento de 73,63% nas liberações em 1S24.

Em termos quantitativos, foram 1,75 mil concessões de crédito no período, sendo o percentual mais significativo o relativo às operações de microcrédito do programa CrediBahia, utilizando recursos próprios, que alcançaram 1,39 mil liberações. Quanto aos números totais da carteira de crédito, houve acréscimo de 14,41% comparado ao mesmo período de 2023, encerrando o período com 5.970 clientes ativos na carteira Desenhahia.

Quanto a critérios de análise da carteira Desenhahia, relativos à distribuição setorial da economia, observa-se que a parcela destinada ao segmento privado, R\$101,95 milhões, absorveu 86,23% do total das liberações, tendo ficado a parcela de R\$ 16,27 milhões, ou seja 13,77% do total, destinada ao segmento da administração pública – financiamento a municípios. Com essa segunda parcela, foram atendidas as demandas de liberação de dezoito municípios baianos. No segmento privado, o setor de Comércio e Serviços foi o que mais se beneficiou com liberações, uma vez que recebeu R\$ 45,98 milhões, representando 38,89% do total liberado. A Agropecuária recebeu R\$ 43,72 milhões (36,99% do total) e a Indústria, R\$ 12,24 milhões (10,35%).

Mantendo a estratégia definida em planejamento vigente da Agência, de interiorizar e democratizar a aplicação de recursos na economia, a Desenhahia priorizou suas ações para as operações de micro e pequenos empreendedores. Para essa categoria, foram concedidos R\$ 47,37 milhões (equivalente a 40,07% das liberações totais do exercício). Apenas para o programa CrediBahia, foram R\$ 12,75 milhões, em 1,39 mil liberações. Para os empreendimentos classificados entre pequeno-médio porte (empresariais e rurais), foram direcionados R\$12,25 milhões, ou 10,36% das liberações. Os empreendimentos de grande e médio portes se beneficiaram com liberações de R\$ 42,32

milhões (35,80% do total). Os desembolsos para o setor público (municípios) de todos os portos (micro, pequeno e grande porte) totalizaram R\$ 16,27 milhões (13,77% do total).

Em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no período em análise, 86,21% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a parcela de 13,79%. Esse fenômeno alinha-se com a orientação do Governo Estadual e seu respectivo plano de governo, em interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico mais bem distribuído espacialmente.

Destaca-se ainda como ações que contribuíram para o desempenho operacional positivo no período, a iniciativa do Programa de Fidelização da Desenhahia, trabalhando de forma efetiva a carteira de clientes já existentes para que empresas com relacionamento prévio com a Desenhahia possam obter capital de giro e investimentos para potencialização de suas operações, utilizando-se do Programa FGI PEAC, e possibilitando a ampliação do acesso ao crédito a MPMEs, através da concessão de garantias em financiamento que o programa disponibiliza.

O CrediBahia é o programa de microcrédito operado pela Desenhahia, resultado de uma parceria constituída pela Desenhahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e os Municípios.

I.2 Recuperação de Crédito

Como resultado das renegociações exercidas no 1º semestre de 2024, em termos de quantidade numérica, foram renegociados um total de 260 contratos (exclui-se Microcrédito). Na carteira Desenhahia: 74 contratos, sendo 42 liquidados por renegociação e 32 repactuados com novas condições de pagamento; na carteira Fundese: 186 contratos, sendo 95 liquidados por renegociação e 91 repactuados com novas condições de pagamento.

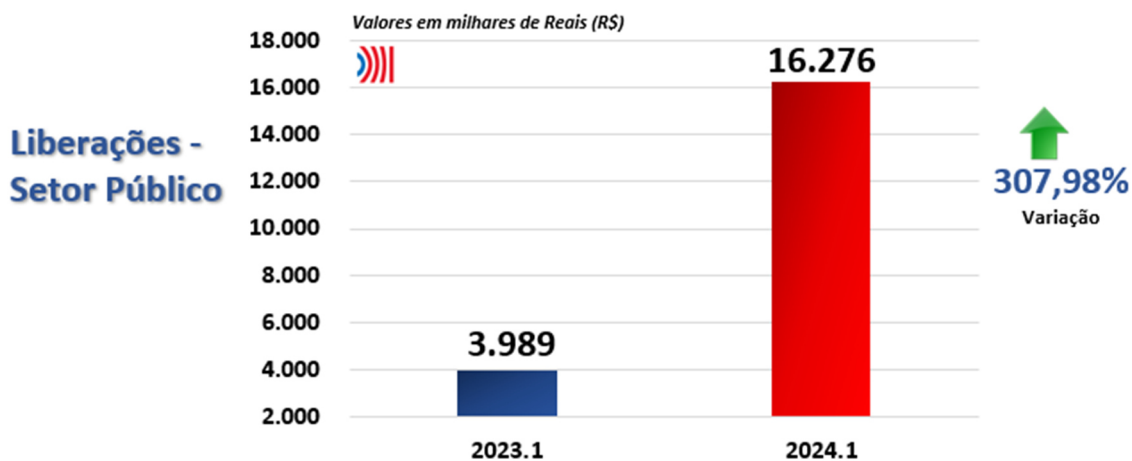
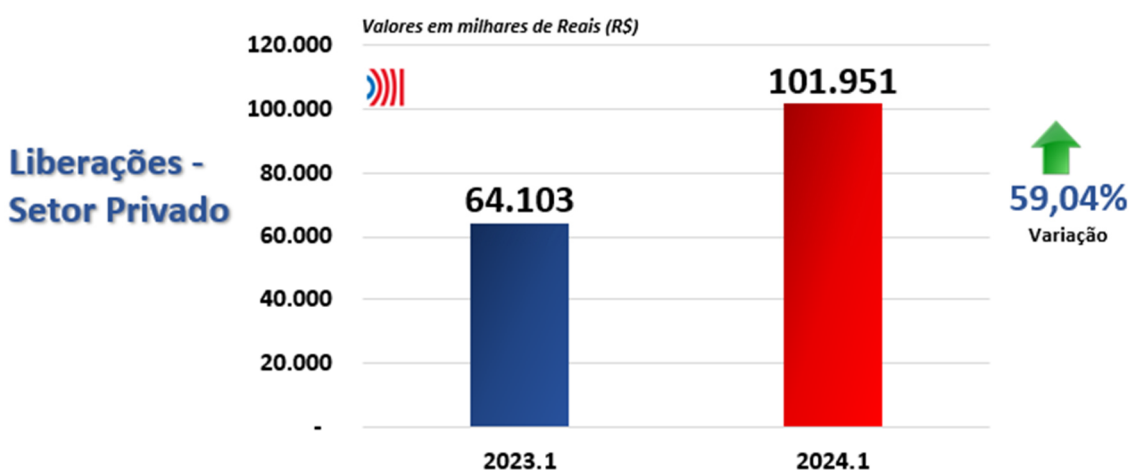
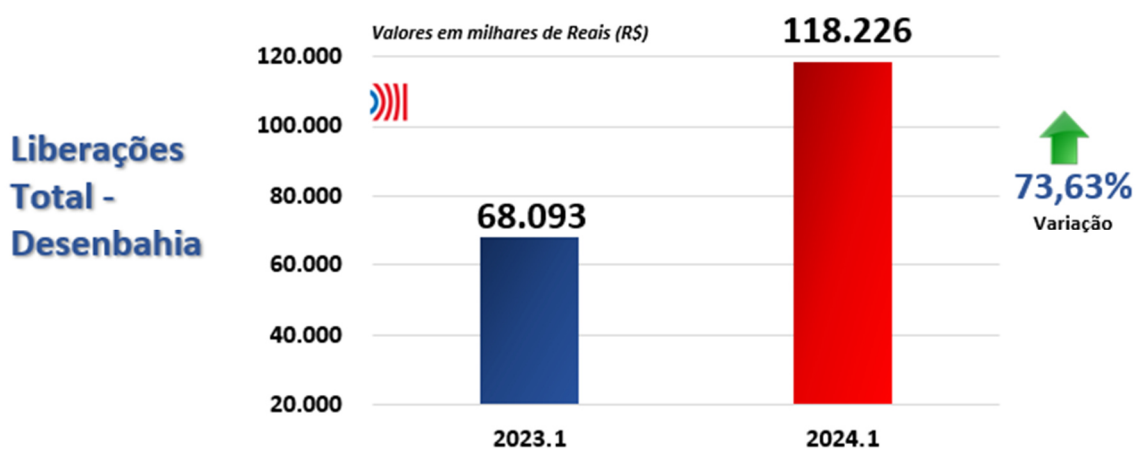
Na análise comparativa dos índices de inadimplência, observa-se um retorno ao alinhamento da média obtida dos últimos anos. A carteira Desenhahia encerrou o semestre com índice de 2,10% e a carteira Fundese encerrou com 1,72%. Em análise comparativa com o mesmo período de 2023, houve uma redução expressiva no índice de inadimplência

da carteira Desenhahia com 47,24% de variação entre 1S24 vs 1S23, desta forma convergindo para a meta estabelecida pela administração.

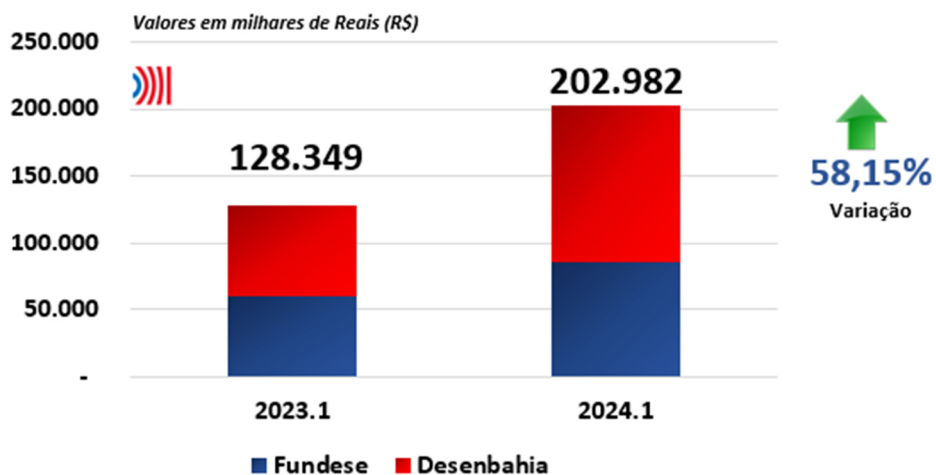
Relativo aos resultados financeiros obtidos via recuperação de créditos no semestre, é observado um resultado significativo na carteira Desenhahia, quando comparado ao resultado do primeiro semestre de 2023. A carteira supramencionada encerrou o semestre com R\$ 37,73 milhões em valores recebidos e reativados na carteira, enquanto no mesmo período de 2023 foram recuperados R\$ 10,09 milhões. Na carteira Fundese, observa-se uma redução nos valores recuperados e reativados, com R\$ 2,49 milhões em 2024, contra 12,84 milhões em 2023, totalizando R\$ 38,03 milhões nas duas carteiras, com acréscimo de 65,8% em relação aos resultados de 2023.

Especificamente às recuperações vinculado ao CrediBahia, foram renegociados 337 contratos, totalizando R\$ 1,28 milhão em renegociações.

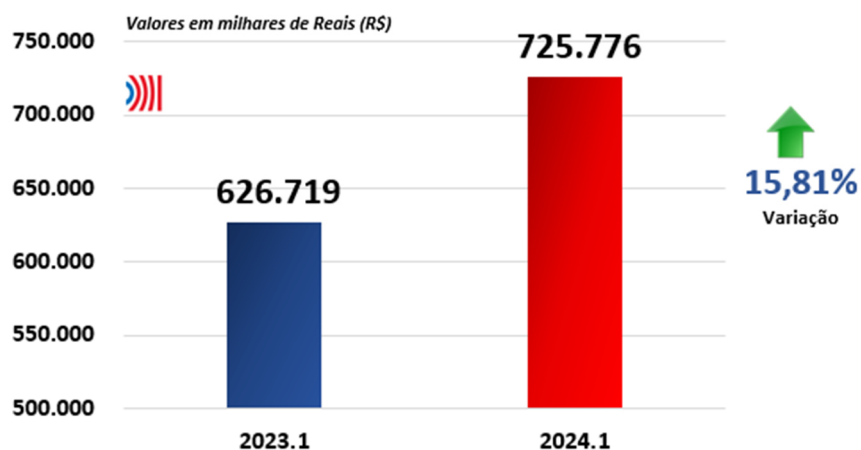
I.3 Infográficos



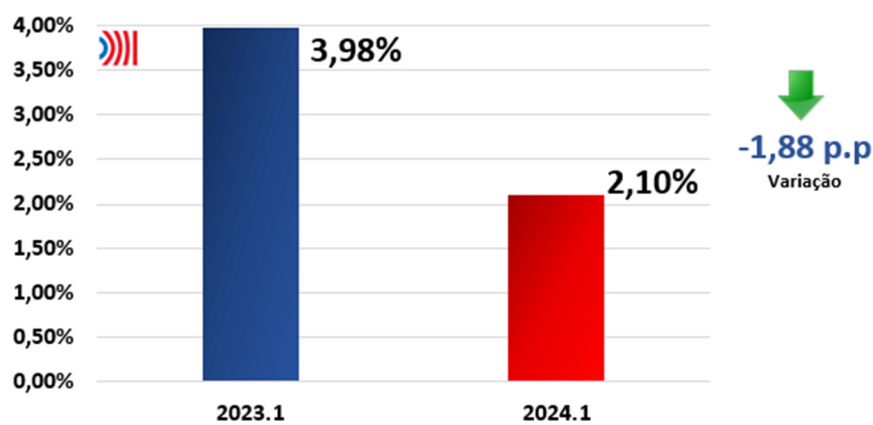
Liberações Total



Saldo Carteira - Desenhahia

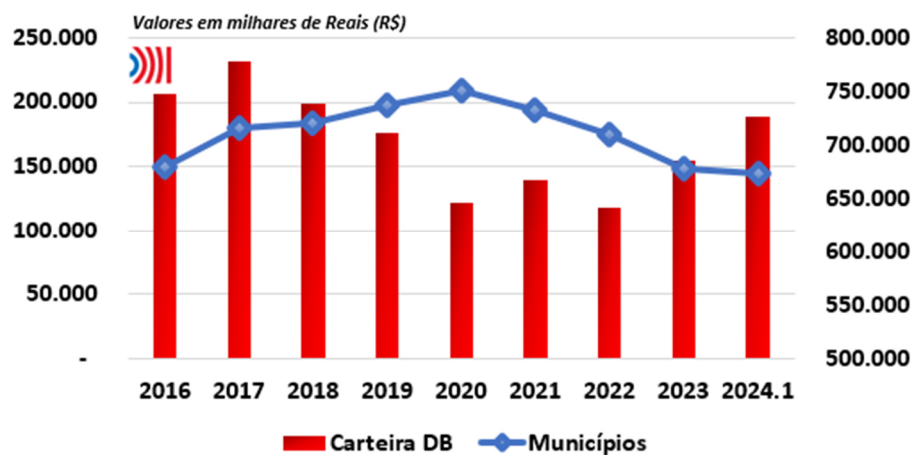


Inadimplência - Carteira Desenhahia ¹



¹ Variação de 47,24% entre períodos

Evolução - Carteira Municípios



I.4 Gestão de Fundos

Para viabilizar as ações de fomento social e econômico, a Desenhahia também atua com a prestação de serviços de agenciamento financeiro e de administração de fundos de desenvolvimento e de garantia. Atualmente, quatro fundos são geridos pela agência: o Fundese, o FGBP, o FGAP e o Fundurbano, este em processo de extinção.

Fundese – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenhahia é a gestora financeira do Fundese, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundese constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenhahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimento do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que, mesmo o Fundese não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenhahia submete todas as solicitações de financiamento com recursos do fundo aos mesmos processos de análise, risco de crédito e governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em função das atividades que realiza, a Agência faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenhahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações desse fundo.

Os recursos do Fundese foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 84,75 milhões no 1º semestre de 2024.

Dentre as linhas de crédito operadas, os destaques ficaram com as liberações efetuadas via Credirural Investimento Fixo com 29,90% e Giro Fundese com 29,50% do total liberado. O programa Protáxi (financiamento para renovação da frota de táxis) alcançou desembolsos que responderam por 15,02% do montante desembolsado no período.

Para o programa de microcrédito com recursos do Fundese, as liberações totalizaram R\$ 12,80 milhões, em 2.232 operações de crédito. Os destaques no programa ficaram com as

linhas voltadas às mulheres empreendedoras, que somaram liberações de R\$ 9,45 milhões, em 1.627 operações de crédito.

Relativo à recuperação de crédito, a Desenhahia conseguiu repactuar 186 contratos da carteira do Fundese, sendo 95 liquidados por renegociação e 91 repactuados, com novas condições de pagamento. Na carteira Fundese foi recuperado o valor de R\$ 2,49 milhões.

Indicadores Relevantes

Em 30/06/2024:

<i>Carteira de Operações de Crédito</i>	<i>R\$ 496,6 milhões</i>
<i>Liberações no período</i>	<i>R\$ 84,7 milhões</i>
<i>Número de liberações no período</i>	<i>2.619</i>

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privadas (PPPs). Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Relatório da Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No semestre em análise, o FGBP manteve-se prestando garantias a quatro projetos de concessão patrocinada: (i) Implantação e Operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; (ii) Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e a Construção de Ponte-Travessia sobre o rio São Francisco entre os municípios Baianos de Xique-Xique e Barra; (iii) Execução das Obras e dos Serviços necessários à Construção e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica; e (iv) Implantação e Operação do VLT do Subúrbio. No final do semestre de 2024, o valor do fundo comprometido com esses quatro projetos somava R\$ 268,9 milhões.

Ao longo do período, não houve honra de garantias com os recursos do FGBP para nenhum dos quatro projetos.

O saldo disponível do fundo alcançou R\$ 339,6 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível/garantias ficou em 1,263.

FGAP – Fundo Garantidor do Aporte da Ponte

A Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, autorizou a criação do FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

O Relatório da Administração do FGAP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No final do semestre de 2024, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 674,2 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,348.

II. Desempenho Financeiro

Rubricas em Relevô:

<i>Receitas da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 103,8 milhões</i>
<i>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 85,9 milhões</i>
<i>Resultado Operacional</i>	<i>R\$ 52,0 milhões</i>
<i>Lucro Líquido</i>	<i>R\$ 43,1 milhões</i>

A Desenhahia apurou lucro líquido de R\$ 43,17 milhões no 1º semestre de 2024, excedendo em mais de 90% a projeção formalizada em orçamento para o período. A receita de intermediação financeira foi de R\$ 103,87 milhões, superando em 16,77% o resultado desta rubrica em 2023.1.

Houve redução de 7,94% nas receitas de títulos e valores mobiliários no comparativo com o mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 23,32 milhões no período atual. Tal queda é em decorrência das reduções da taxa básica de juros efetuadas pelo COPOM, que ainda se mantinham em patamares elevados em 1S23.

A rubrica de receita com recuperação de créditos da DRE, finalizou o período com R\$ 11,04 milhões mediante os esforços planejados e executados pela gerência responsável por tais ações no ano, com resultado de 215,95% em análise comparativa com 1º semestre de 2023.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$ 17,90 milhões, demonstrando estabilidade desta rubrica, visto o valor semelhante a 1S23, com diferença apenas de 1,67%. As despesas de obrigações por repasse tiveram redução de 13,73% em análise comparativa com o mesmo período do ano passado, considerando que esta rubrica é influenciada pela taxa Selic, visto a utilização dela como índice para diversas linhas ofertadas.

Em contrapartida, houve aumento na rubrica de provisão ao compararmos com o mesmo período de 2023, totalizando R\$ 6,81 milhões em 2024.1, ou 43,36% a mais na razão comparativa dos exercícios.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 85,97 milhões, 20,50% superior a 1S23. O grupo 'outras receitas operacionais' somou R\$ 33,97 milhões, com aumento de 31,30% sobre mesmo período do ano anterior. Já o grupo 'outras despesas operacionais' totalizou R\$ 67,89 milhões, com elevação de 14,39% em relação a 1S23

As despesas de pessoal e despesas administrativas permaneceram em níveis aceitáveis de oscilação, respeitando os valores projetados em orçamento para o 1º semestre de 2024. As despesas administrativas ficaram apenas 1,61% acima do comparativo com 1S23, e abaixo do que se projetou para 1S24. Em relação às despesas de pessoal, ultrapassaram em 8,25% o realizado no mesmo período do ano passado.

O resultado operacional atingiu um total de R\$ 52,05 milhões, perfazendo 218,03% da meta projetada.

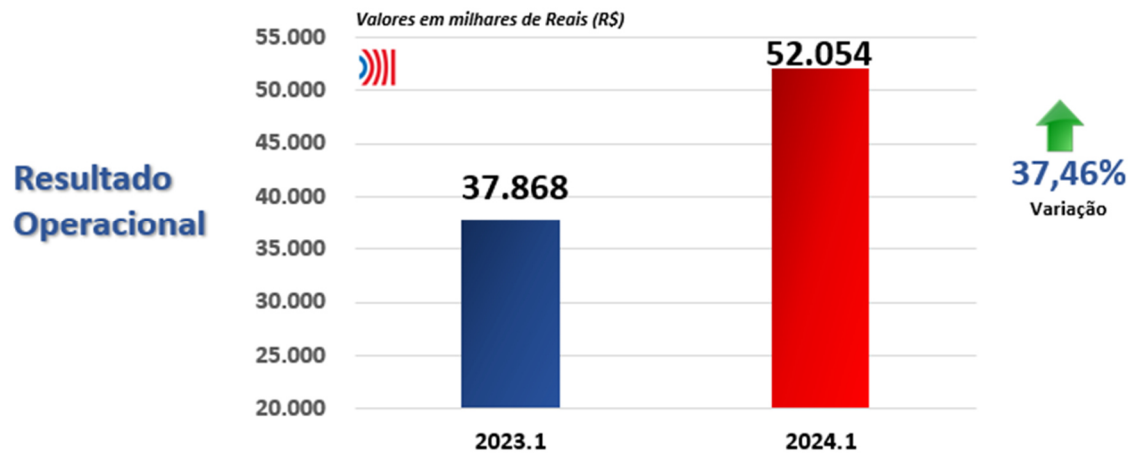
O lucro líquido, acompanhando o bom resultado operacional, findou em R\$ 43,17 milhões no 1º semestre.

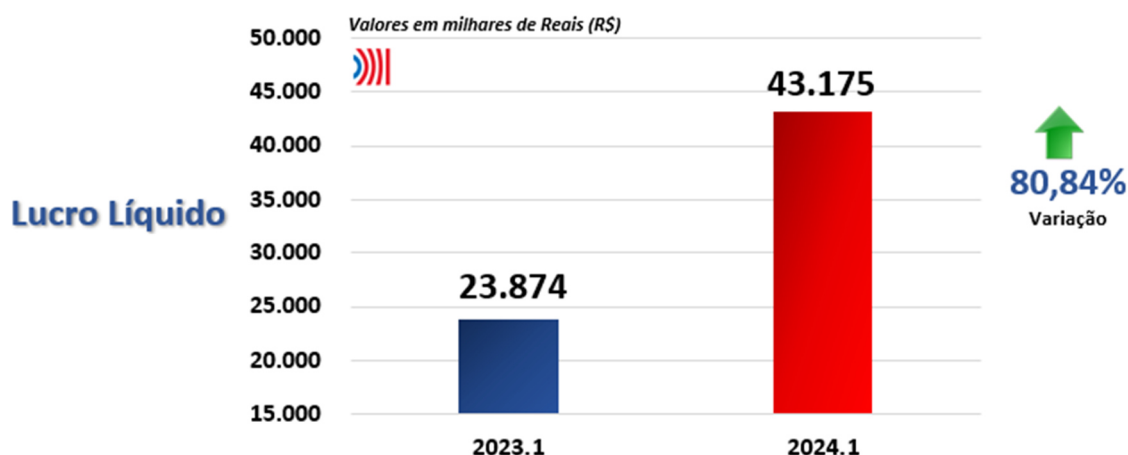
Ressalta-se que o ótimo resultado obtido no semestre, também foi impactado positivamente devido à ativação de crédito tributário na ordem de R\$ 15,05 milhões. Ainda assim, em caráter de análise comparativa, eliminando o efeito do crédito supramencionado, o resultado de 1S24 permaneceria 27,59% superior ao mesmo período de 2023.

O resultado atingido no exercício em questão é uma soma de fatores tais como: execução do planejamento operacional e orçamentário prévio; empenho da alta administração e demais colaboradores da Agência para colocar em termos práticos a missão da organização de ‘*viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana*’, buscando executar com excelência as atividades do seu escopo, e disponibilizando portfólio de linhas de crédito em alinhamento ao Programa de Governo Participativo (PGP).

Infográficos – Desempenho Financeiro

Data Base: 30/06/2024 - Projetado Vs Realizado - 1S24				Valores em milhares de Reais (R\$)
Receita de Intermediação Financeira	77.697 <i>Projetado (Em R\$)</i>	103.876 <i>Realizado (Em R\$)</i>	133,69% ● <i>Meta (%)</i>	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	57.562 <i>Projetado (Em R\$)</i>	85.974 <i>Realizado (Em R\$)</i>	149,36% ● <i>Meta (%)</i>	
Resultado Operacional	23.875 <i>Projetado (Em R\$)</i>	52.054 <i>Realizado (Em R\$)</i>	218,03% ● <i>Meta (%)</i>	
Lucro Líquido	22.693 <i>Projetado (Em R\$)</i>	43.175 <i>Realizado (Em R\$)</i>	190,26% ● <i>Meta (%)</i>	





III. Destaques da Gestão

- **Microcrédito**

Ao longo do 1º semestre de 2024, foram inaugurados postos do CrediBahia em oito municípios baianos: Camaçari, Cardeal da Silva, Cafarnaum, Ibiassucê, Iraquara, Paratinga, Quixabeira, Várzea do Poço. Também foram reinaugurados postos que estavam inativos: Boquira, Campo Alegre de Lourdes e Ourolândia.

Ao término do semestre, o programa contava com 200 postos ativos e aptos a conceder crédito no estado via programa CrediBahia, havendo liberações em 183 destes em 1S24.

Em termos de desempenho operacional, no 1º semestre de 2024, o valor total liberado para o CrediBahia 1º Piso (financiamento direto ao mutuário) foi de R\$ 25,55 milhões em 3.631 desembolsos realizados, levando-se em consideração os recursos das carteiras Desenbahia e Fundese.

Destaca-se ainda dentro do programa de microcrédito, a linha denominada ‘CrediBahia Mulher’ em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Política para Mulheres – SPM e Secretaria de Promoção de Igualdade Racial – SEPROMI. Esta linha de crédito que compõe o programa é exclusiva para mulheres empreendedoras do mercado formal e informal, e oferta juros especiais, com menor taxa, e ampliação do valor para a primeira operação em relação a linha convencional. Tal ação possui alinhamento com as propostas do Programa de Governo Participativo (PGP) da atual Gestão Estadual. No primeiro semestre deste ano, foram liberados R\$ 18,65 milhões através de 2.618 contratos formalizados na linha ‘CrediBahia Mulher’, o que equivale a

73,00% do total liberado pelo CrediBahia no período em análise, demonstrando a forte e crescente participação do público feminino na economia baiana.

- **Municípios**

O atendimento às necessidades de melhoria de infraestrutura e aquisição de equipamentos pelos municípios baianos é um dos focos prioritários da Desenbahia. Com vistas a melhorar as condições de vida da população baiana, a Agência coloca à disposição das administrações públicas municipais três linhas de financiamento com características próprias: infraestrutura; máquinas e equipamentos; e projetos sustentáveis. Para esses financiamentos, a Agência utiliza recursos próprios e promove destaques de capital, em consonância às normas legais para operações de crédito com o setor público nacional.

No primeiro semestre do ano, a Desenbahia desembolsou R\$ 16,27 milhões para atender contratos com dezoito municípios baianos. No término do exercício ora apresentado, a carteira de operações de financiamento com municípios baianos somava R\$ 144,97 milhões, o que representa 19,97% da carteira ativa total da Agência. Respondem por essa parcela da carteira total da Desenbahia, 68 municípios do estado da Bahia que possuem contrato de financiamento ativo com a Desenbahia.

- **Agropecuária**

Na carteira de operações da Desenbahia, o amplo conjunto da agropecuária responde por 23,88% do valor dos contratos de crédito ativos reunidos no final do 1º semestre de 2024, com valor na carteira que totaliza R\$ 173,32 milhões. Especificamente o segmento de Grãos e Algodão responde por 78,88% do total da carteira de agronegócios, ou R\$ 136,72 milhões.

Em termos de desembolsos no 1º semestre de 2024, foram direcionados R\$ 43,72 milhões para o agronegócio, ultrapassando em 19,91% o valor total de liberações feitas para o setor em todo ano de 2023.

A atenção da Desenbahia à agropecuária, constatada nos números apresentados acima, também tem se distribuído com outras áreas importantes de cultivo do estado. A produção de café e cana-de-açúcar no Extremo Sul, assim como a produção de cítricos no Nordeste da Bahia, estão no foco da agência.

- **CrediAfro**

No final de 2023, a Agência desenvolveu e lançou uma linha de crédito exclusiva para negócios liderados por pessoas negras. A iniciativa é fruto da parceria entre a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a Desenhahia. O CrediAfro integra a Agenda Bahia de Promoção da Igualdade Racial, que constituiu um conjunto de projetos, programas e iniciativas do Governo do Estado, que tem como objetivo a geração de oportunidades, o combate à discriminação e a garantia de direitos de grupos étnico-raciais vulnerabilizados. As ações são transversais e abrangem áreas como educação, inclusão econômica, segurança pública, esporte, cultura e habitação. No 1º semestre de 2024, a linha de crédito vinculada a agenda de inclusão social supramencionada, conseguiu realizar desembolsos na ordem de R\$ 1,74 milhões para mais de 60 afro empreendedores.

- **CrediMais**

O programa do CrediMais possui como objeto primário atender empresas que necessitem de capital de giro, com liberação rápida e segura, até o limite de R\$ 50 mil. As linhas de créditos disponíveis via CrediMais, abrangem múltiplas fontes de recursos e vem ampliando as liberações a micro e pequenas empresas, através da utilização de um novo processo operacional ágil e de natureza digital, que proporciona escalabilidade e capilaridade de atendimento em todas as regiões do estado.

Ainda no 1º semestre de 2024, a Desenhahia realizou a primeira liberação do CrediMais, prospectada por intermédio de correspondente bancário, sendo este a Associação Comercial e Industrial de Jequié – ACIJ. Esta ação, que possibilita um novo canal de atendimento à população, deve potencializar e difundir ainda mais o programa na economia baiana.

Destaca-se ainda como diligência que contribuiu para o desempenho operacional positivo do programa no período a ação intitulada “Conexão CrediMais”, que possuiu como objetivo o atendimento via concessão de crédito para clientes especiais egressos do programa CrediBahia, dando oportunidade de acesso a crédito a valores que excedem o teto estipulado do PNMPPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. No semestre apresentado, foram 36 contratos formalizados e R\$ 1,06 milhão de concessão vinculados a ação.

Em termos de desembolsos, no 1º semestre de 2024 foram liberados no programa R\$ 6,89 milhões, valor este que corresponde a 68,91% do recurso destacado pela Agência

para este ano. O programa atingiu 57 municípios no semestre, viabilizando crédito por intermédio de 192 contratos liberados.

- **Governança Corporativa**

A Desenhahia mantém uma estrutura integrada de governança, gerenciamento de riscos e compliance, orientada para assegurar o cumprimento do arcabouço regulatório, com especial atenção às diretrizes do órgão regulador (BACEN). Nossa abordagem foca na transparência e na tomada de decisões coletivas, visando uma operação eficiente e organizada, com foco na gestão dos riscos inerentes ao negócio.

No 1º semestre de 2024, a Desenhahia continuou seus esforços para aprimorar sua política de compliance, implementando diretrizes e atividades destinadas a reforçar a orientação e conscientização sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, fraude, corrupção e outras ações que possam representar riscos à imagem da instituição.

No âmbito da Governança Corporativa, destaca-se a descentralização do processo decisório, favorecendo a tomada de decisões de forma colegiada. Além do Conselho Fiscal (CSF), que fiscaliza e assessora a gestão da agência, a estrutura inclui os Comitês Estatutários: Comitê de Remuneração (CRE), Comitê de Elegibilidade (CEL) e Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).

Nos últimos anos, as instituições financeiras, de desenvolvimento e de fomento têm alinhado seus Planejamentos Estratégicos com temas como desenvolvimento econômico, ambiental e social, aderindo aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculados à Agenda 2030 da ONU.

As estratégias da Desenhahia buscam não apenas o crescimento da economia baiana, mas também a sustentabilidade socioambiental e climática, a promoção da inclusão social e a valorização da diversidade. O Programa de Compliance da Desenhahia aborda uma gama diversificada de temas relevantes, incluindo prevenção à lavagem de dinheiro, gestão de risco de crédito, teste de cadastro e prevenção à fraude para os agentes de crédito. Destaca-se, neste semestre, o início da implementação do Programa de ESG - *Environmental, Social and Governance*, com a criação da equipe de implantação, a potencialização e divulgação do Programa de Coleta Seletiva e a avaliação de parcerias externas, incluindo a adesão ao Hub ODS da FIEB.

Anualmente, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), a agência de fomento realiza a revisão de sua estratégia de longo prazo e define seu Plano

de Negócios, estipulando indicadores e metas para o exercício seguinte. Podemos citar a relação direta das ações internas e linhas de crédito atualmente disponíveis no portfólio da Desenhahia com ao menos 12 dos ODS.



Conselho de Administração

João Batista Aslan Ribeiro – Presidente

Antonio Félix Macedo Mascarenhas

Cícero de Carvalho Monteiro

Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda

Marcelo Borges Weckerle

Paulo de Oliveira Costa

Pedro Ricardo M. Scavuzzi de Carvalho

Conselho Fiscal

Luís Augusto Peixoto Rocha – Presidente

José Atílio Filardi Cardoso

Leonardo de Souza Reis

Ranieri Muricy Barreto

Tatiane Cesar Pereira

Diretoria

Paulo de Oliveira Costa - Diretor Presidente

Agenor Barreto Martinelli Braga - Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Marko Svec Silva – Diretor de Operações

Fábio Serravalle Franco – Diretor de Administração e Finanças

DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

**Conselho de Administração e aos Acionistas da
DESENBHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA
Salvador – BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DESENBHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Contingências – Notificações Judiciais

Conforme descrito na nota explicativa nº 22, em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente à ação de embargos à execução nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenhahia pagasse o valor de R\$ 66.198. Na ação de embargos à execução, foi arguida a nulidade dos encargos financeiros da operação de crédito, buscando revisar os títulos, reconhecer a quitação da operação com pagamentos já efetuados e devolução de eventuais valores pagos a maior. Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenhahia apresentou impugnações ao cumprimento de sentença alegando que não poderia ser apresentado novo cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento, dentre outras matérias. As impugnações foram julgadas em julho de 2023, confirmando o valor da condenação em R\$ 29.760. A expectativa de perda foi atualizada, em setembro de 2023, saindo da categoria de risco possível para risco provável. A Desenhahia apresentou Agravo de Instrumento de nº 8056458-80.2023.8.05.0000 em novembro/2023. O Agravo foi recebido com efeito suspensivo, paralisando o prosseguimento da execução. Aguarda-se o julgamento do referido Agravo Instrumento. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Em dezembro de 2022, a Agência classificou com o prognóstico de perda provável o processo judicial 0001858-93.1996.805.0001, em virtude de manutenção de julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com baixa probabilidade de reversão nas instâncias superiores. Em que pese não ter havido estipulação expressa do valor da condenação pelo Judiciário baiano, o lançamento foi atualizado para R\$ 3.865, em observância ao que dispõe o Código de Processo Civil Brasileiro a respeito do tema. Foi interposto Recurso Especial, não admitido, e posteriormente, Agravo em Recurso Especial que ainda está pendente de julgamento. O Recurso Especial transitou em julgado, ensejando cumprimento de sentença de verba honorária ao advogado no valor aproximado de R\$ 126. A Desenhahia entende que o valor cobrado está em excesso, mantendo, portanto, a provisão atual. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Em janeiro de 2011, deu-se início ao processo 0000309-15.2016.5.05.0028 no que tange à alteração do normativo interno da DESENBAHIA, que previa que os empregados efetivos que permanecessem em exercício no mesmo cargo pelo período de cinco anos teriam direito à promoção por antiguidade, que seria concedida de forma automática aos empregados que cumprissem os requisitos normativos. A promoção prevista no referido normativo tratava-se de um ato jurídico ineficaz, uma vez que fora elaborado com previsão diferida para seu aperfeiçoamento, haja vista que o prazo para que se tornasse eficaz se daria apenas em 2016. Em dezembro de 2015, a DESENBAHIA entendeu pela revogação do Tópico “Promoção por Antiguidade” do normativo em comento, por conta da adoção de política orçamentária de contenção de gastos e adequação à realidade econômica da época, sobretudo no âmbito da Administração Pública, antes mesmo que a norma viesse a ter eficácia no mundo jurídico. Dessa forma, a concessão de promoção contida no normativo só viria a integrar o patrimônio jurídico de direitos dos empregados a partir do cumprimento integral dos requisitos estabelecidos. Com efeito, os empregados que não haviam cumprido os requisitos para a promoção por antiguidade possuíam mera expectativa de direitos. Com base nisso, a DESENBAHIA utilizou o seu poder regulamentar para revogar o tópico de norma interna, especialmente pelo fato de que não há óbice legal até que os direitos laborais integrem o contrato de trabalho. Diante dessa revogação, prevista em lei, o sindicato ajuizou ação trabalhista sobre o referido tema. O acordo do quinquênio, que vinha sendo discutido entre DESENBAHIA e SINDICATO DOS BANCÁRIOS desde dezembro de 2023, foi celebrado em audiência realizada em maio de 2024 na CEJUSC DE 1º GRAU – CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS. Na oportunidade, foi homologado o valor dos cálculos (nota explicativa nº 27). Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 27, em julho de 2024 a Desenbahia depositou em juízo R\$ 5.998 em virtude do acordo firmado no âmbito do processo nº 0000309-15.2016.5.05.0028 (nota explicativa nº 22). No referido mês houve uma reversão de contingência no valor de R\$ 8.639, após correção do valor depositado em juízo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ainda em julho de 2024 ocorreu a alienação de um ativo não financeiro mantido para venda, fruto de dação em pagamento de operação de crédito. O referido imóvel está registrado pelo valor recuperável de R\$ 10.469 e a transação foi no montante de R\$ 10.714, ensejando em um ganho de R\$ 245. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 (“J”) e nº 19, a Desenhbahia possui ativos fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros, suportados por projeção de resultados elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração. Para elaborar a projeção de resultados, a Administração adotou premissas com base no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo, e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, realizamos procedimentos, de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, para elaborar um estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável, e prover contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, consubstanciadas na Resolução CMN nº 4.842/2020. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Desenhbahia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Desenbahia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenbahia continuar operando; divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Desenbahia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenhahia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 9 de agosto de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim
Contador CRC SP 307736/O-5

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de junho 2024 e 31 de dezembro 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		580.409	501.160
Disponibilidades	4	469	355
Instrumentos financeiros		554.156	490.393
- Aplicações interfinanceiras	4	194.894	252.997
- Títulos e valores mobiliários	5	188.284	84.956
- Operações de crédito	6	188.051	169.864
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(17.073)	(17.424)
Outros ativos	7	25.784	10.412
Não circulante		622.882	690.396
Realizável a Longo Prazo		582.201	649.024
Instrumentos financeiros		530.224	594.824
- Títulos e valores mobiliários	5	44.075	137.377
- Operações de crédito	6	537.725	512.953
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(51.576)	(55.506)
Ativo fiscal diferido	19	27.831	19.106
Outros ativos	7	24.146	35.094
Investimentos	8	125	125
Imobilizado	9	51.337	51.167
Intangível	10	13.213	13.126
Depreciação e amortização acumuladas	9 e 10	(23.994)	(23.046)
Total do ativo		1.203.291	1.191.556

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho 2024 e 31 de dezembro 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		124.608	127.498
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	59.486	54.518
Outros instrumentos financeiros	12	6.838	5.055
Obrigações fiscais correntes	13	11.348	35.580
Provisões	13	8.631	6.991
Outros passivos	13	38.305	25.354
NÃO CIRCULANTE		291.831	274.140
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	210.111	199.100
Obrigações fiscais diferidas		2.351	2.222
Provisões	13	76.052	70.212
Outros passivos	13	3.317	2.606
Patrimônio líquido	14	786.852	789.918
- Capital		623.897	623.897
- Reservas de lucros		162.955	166.021
Total do passivo e patrimônio líquido		1.203.291	1.191.556

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receitas da intermediação financeira	15	103.876	88.955
Operações de crédito		80.554	63.622
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		23.322	25.333
Despesas da intermediação financeira	15	(17.902)	(17.606)
Operações de empréstimos e repasses		(11.091)	(12.855)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(6.811)	(4.751)
Resultado bruto da intermediação financeira	15	85.974	71.349
Outras receitas/(despesas) operacionais		(33.920)	(33.481)
Receita de prestação de serviços	16	23.578	23.302
Despesa de pessoal	17	(32.245)	(29.787)
Outras despesas administrativas	17	(8.104)	(7.976)
Despesas tributárias	17	(6.762)	(6.287)
Outras receitas operacionais	16	10.400	2.575
Outras despesas operacionais	17	(20.787)	(15.308)
Resultado operacional		52.054	37.868
Resultado não operacional	18	237	(2.813)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		52.291	35.055
Imposto de renda e contribuição social	19	(5.084)	(7.747)
Participações estatutárias		(4.032)	(3.434)
Lucro líquido		43.175	23.874
Lucro por ação		0,00000030	0,00017794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido	43.175	23.874
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	43.175	23.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBANHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		623.897	35.395	94.639	35.987	-	789.918
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	43.175	43.175
Valores deliberados em assembleia		-	-	-	(35.987)	-	(35.987)
Realização para fins de cobertura do JCP		-	-				-
Destinações:							
Reservas	14b	-	2.159	10.767	13.746	(26.672)	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	-				(10.254)	(10.254)
Juros Sobre o Capital Próprio excedente ao mínimo obrigatório	14c	-			6.249	(6.249)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		623.897	37.554	105.406	19.995	-	786.852
Mutações no semestre - 2024		-	2.159	10.767	(15.992)	-	(3.066)
Saldos em 1º de janeiro de 2023		588.225	32.024	82.587	35.685	-	738.521
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	23.874	23.874
Valores deliberados em assembleia		-	-	-	35.685	-	35.685
Realização para fins de Jcobertura do JCP		-	-	18.204		18.205	1
Destinações:							
Reservas	14b	-	1.194	5.954	11.057	(18.205)	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	-				(5.670)	(5.670)
Juros Sobre o Capital Próprio excedente ao mínimo obrigatório	14c	-			18.204	(18.204)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		588.225	33.218	70.337	29.261	-	721.041
Mutações no semestre - 2023		-	1.194	(12.250)	(6.424)	-	(17.480)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido		43.175	23.874
Caixa e equivalente de caixa			
Constituição (Reversão) da provisão para desvalorização de títulos livres	15	(45)	92
Constituição (Reversão) da provisão para operação de crédito	15	6.811	4.751
Atualização monetária com depósitos judiciais	16	(299)	(548)
Depreciação e amortização	17	1.023	1.704
Constituição (Reversão) da provisão para perdas em processos judiciais	22	7.306	2.762
Constituição de provisão não operacional	18	-	3.372
Imposto de renda e contribuição social		5.084	7.747
Lucro líquido ajustado		63.055	43.754
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários		(5.566)	(103.020)
Operações de crédito		(43.510)	3.292
Outros ativos		(14.667)	1.429
Obrigações por repasses		15.979	(12.716)
Outros instrumentos financeiros		1.783	4.179
Imposto de renda e contribuição social pagos		(43.309)	(18.885)
Obrigações fiscais correntes		5.397	(732)
Provisões		174	4.937
Outros passivos		1.785	(4.232)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(18.879)	(81.994)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(250)	(618)
Aquisição de intangível		(451)	(1.272)
Caixa líquido (aplicado)/oriundo nas atividades de investimento		(701)	(1.890)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos		(33.995)	(18.293)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas)/atividades de financiamento		(33.995)	(18.293)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(53.575)	(102.177)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		338.308	364.319
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		284.733	262.142
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(53.575)	(102.177)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

1. Contexto operacional

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), sociedade anônima de capital fechado e economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada na Rua Ivonne Silveira, 213, bairro Narandiba, Salvador, Bahia, com controle acionário pertencente ao Governo do Estado da Bahia, tem como objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido ente público, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.

Também faz parte do objeto social, a operação e administração dos seguintes fundos estaduais:

- Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE;
- Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP;
- Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP; e,
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, moeda funcional da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuradas a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis, a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

a) Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros:

Resolução CMN nº 4.966/21: Dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e Resolução BCB nº 352/2023: Dispõe, inclusive, sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Resolução CMN entrará em vigor em 01/01/2025, porém seu art. 76 determina a divulgação de forma resumida do plano para a implementação estabelecida nessa Resolução, na data base de 31 de dezembro de 2022, a seguir:

- Conhecimento da Resolução: até 30 de abril de 2022;
- Elaboração do Plano de Implementação: até 20 de junho de 2022;
- Contratação de empresa de Consultoria e assessoria: até março de 2023;
- Diagnóstico da Situação atual e dos impactos da implementação: até dezembro de 2023;
- Implantação das ações: até dezembro de 2024;
- Revisão das demonstrações financeiras: até março de 2025.

O referido plano foi aprovado pelo conselho de administração no dia 21 de junho de 2022.

A agência, sob coordenação de uma consultoria especializada, está desenvolvendo planos de ações, onde foram avaliadas as referidas normas, e estão sendo tratados os impactos em políticas internas, processos, solução tecnológica e reportes. Essas adequações serão conclusas até a data de entrada em vigor das normas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 29 de julho de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

3. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos Financeiros

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As “Aplicações interfinanceiras de liquidez”, que compõem o caixa e equivalentes de caixa, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável. As operações compromissadas são registradas e ajustadas pelo seu valor de mercado.

II. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os “Títulos e valores mobiliários” são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

III. Operações de Crédito, Obrigações com Repasses

As “Operações de crédito” e as “Obrigações por repasses” encontram-se registradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos até a data do Balanço em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

IV. Provisão para perdas associadas ao risco de créditos

A “Provisão para perdas associadas ao risco de créditos” encontra-se constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requerem a sua classificação de riscos em níveis de risco (de AA a H) e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. Os níveis de risco de crédito das operações são definidos e efetuados com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. As classificações das operações de crédito são revisadas anualmente.

A Administração adota contagem em dobro dos períodos em atraso para fins de constituição de provisões, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, e que possuam garantias reais, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso, classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As operações renegociadas, que já haviam sido baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

d) Outros ativos

São demonstrados:

- I. Por valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.
- II. Por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; material em estoque que se referem a materiais de uso e consumo corrente; investimentos temporários registrados pelo custo de aquisição e retificados pela provisão para perdas; e, Despesas Antecipadas, correspondentes a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

e) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação. As depreciações das edificações são calculadas pela vida útil estimada, enquanto as depreciações dos demais itens do imobilizado de uso são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens.

f) Intangível

O intangível é composto pelos ativos não monetários sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos internamente, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são deduzidos das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Outras Obrigações

São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões são constituídas levando em conta o julgamento dos assessores jurídicos quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Esses montantes são revisados

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

mensalmente e os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente;

Passivos contingentes: não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) **Tributos correntes e diferidos**

As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir:

TRIBUTO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda - IRPJ (15% mais adicional de 10%)	Lucro	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro	20%
Programa de Integração Social - PIS	Faturamento	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Faturamento	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Receita de serviços	5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 19.

k) **Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.

l) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12/10/2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 20.

m) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.

Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa	469	355
Depósitos Bancários	469	355
Equivalentes de Caixa	284.265	337.953
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	194.894	252.997
Cotas de Fundo de Renda Fixa	89.371	84.956
Total	284.734	338.308

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

5. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	31/12/2023
Renda fixa - LFT (1)	99.000	94.092
Renda fixa - NTN (2)	15.737	15.333
Cotas de Fundo soberano (3)	28.338	28.087
Cotas de Fundo de Renda Fixa (4)	89.371	84.956
Fundos de empresas emergentes (5)	2.727	2.721
	235.173	225.189
Provisão para desvalorização de títulos - LFT	(87)	(135)
Provisão para desvalorização de títulos - Outros	(2.727)	(2.721)
Total	232.359	222.333
Circulante	188.284	84.956
Não circulante	44.075	137.377

- (1) Títulos adquiridos em 1º de março de 2023, com vencimento em 1º de março de 2025;
- (2) Títulos adquiridos em 1º de março de 2023, com vencimento em 15 de maio de 2027;
- (3) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Nordeste. Por questão contratual, a Agência deve manter aplicado no BNB recursos no montante equivalente ao saldo da carteira de repasse de recursos do FNE, excetuando-se os montantes das operações passivas oriundas do Baneb (R\$ 4.696);
- (4) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Brasil;
- (5) O montante refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, ajustados a valor de mercado, com provisão para desvalorização;

6. Operações de crédito

Carteira por modalidade

	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos	227.238	202.017
Financiamentos	279.709	295.560
Financiamentos Rurais	175.547	151.578
Financiamentos de Infraestrutura	14.817	15.738
	697.311	664.893
Outros créditos com característica de concessão de crédito (1)	28.465	17.924
Total da carteira de crédito	725.776	682.817

- (1) Outros créditos com característica de concessão de crédito fruto de:
 - (i) Valores a receber devido alienação de ativos não financeiros mantidos para venda fruto de dação de pagamento de operações de crédito, no montante de R\$ 7.699 (R\$ 6.602 em 31 de dezembro de 2023);
 - (ii) Valores a receber devido alienação de garantia (imóvel) de operação de crédito, dentro do processo de cobrança judicial, no montante de R\$ 20.766 (R\$ 11.322 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Carteira por atividade econômica

	30/06/2024	31/12/2023
Pessoas Físicas	48.962	38.982
Indústria	75.893	73.238
Comércio	83.069	74.026
Serviços	194.099	193.846
Rural	178.783	154.631
Operações de crédito - Setor privado	580.806	534.723
Operações de crédito - Setor público	144.970	148.094
Total da carteira de crédito	725.776	682.817

Classificação por nível de risco

	Provisionamento (%)	30/06/2024		31/12/2023	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Carteira própria					
AA	0,00	218.879	-	200.743	-
A	0,50	265.412	(1.327)	221.069	(1.104)
B	1,00	111.453	(1.115)	127.178	(1.272)
C	3,00	29.851	(896)	28.629	(859)
D	10,00	10.368	(1.037)	5.817	(582)
E	30,00	31.854	(9.556)	34.639	(10.392)
F	50,00	1.702	(851)	7.653	(3.826)
G	70,00	7.963	(5.573)	7.314	(5.120)
H	100,00	46.560	(46.560)	48.026	(48.026)
Total carteira própria		724.042	(66.915)	681.068	(71.181)
Carteira adquirida do BANE/B/FNE e BANE/B/FNAME					
H	100,00	1.734	(1.734)	1.749	(1.749)
Total geral		725.776	(68.649)	682.817	(72.930)
Circulante		188.051	(17.073)	169.864	(17.424)
Não circulante		537.725	(51.576)	512.953	(55.506)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento

	Operações Vincendas	Operações Vencidas em 30/06/2024					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	218.616	126	137	-	-	-	218.879	30,16%
A	265.017	240	155	-	-	-	265.412	36,57%
B	111.097	60	291	5	-	-	111.453	15,36%
C	29.432	43	303	73	-	-	29.851	4,11%
D	10.029	24	103	91	58	63	10.368	1,43%
E	31.504	11	62	73	81	123	31.854	4,39%
F	1.520	22	19	32	34	75	1.702	0,23%
G	7.692	32	22	52	37	128	7.963	1,10%
H	45.952	120	250	109	100	1.763	48.294	6,65%
Total	720.859	678	1.342	435	310	2.152	725.776	100,00%

	Operações Vincendas	Operações Vencidas em 31/12/2023					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	200.334	85	324	-	-	-	200.743	29,40%
A	220.100	185	784	-	-	-	221.069	32,38%
B	126.732	8	404	34	-	-	127.178	18,63%
C	28.318	56	96	138	19	2	28.629	4,19%
D	5.238	20	263	130	159	7	5.817	0,85%
E	33.686	18	30	46	44	815	34.639	5,07%
F	6.983	18	59	73	70	450	7.653	1,12%
G	7.158	9	23	28	25	71	7.314	1,07%
H	47.210	71	131	182	147	2.034	49.775	7,29%
Total	675.759	470	2.114	631	464	3.379	682.817	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Concentração da carteira de operações de crédito

	30/06/2024		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	143.134	22,82%	(25.429)
50 seguintes devedores	231.016	35,70%	(23.850)
100 seguintes maiores devedores	166.262	21,19%	(7.180)
Demais devedores	185.364	20,29%	(12.190)
Total	725.776	100,00%	(68.649)

	31/12/2023		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	145.742	21,34%	(18.178)
50 seguintes devedores	237.066	34,72%	(34.419)
100 seguintes maiores devedores	145.812	21,35%	(8.040)
Demais devedores	154.197	22,59%	(12.293)
Total	682.817	100,00%	(72.930)

7. Outros ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Rendas a receber (1)	3.874	4.096
Adiantamentos e antecipações salariais	1.583	1.106
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	5	6
Devedores por depósitos em garantia (2)	14.262	13.833
Impostos a compensar	8.313	60
Pagamentos a ressarcir (3)	802	802
Títulos e créditos a receber (4)	442	884
Devedores diversos - país (5)	1.106	3.101
Provisão p/ outros créditos (6)	(807)	(807)
	29.580	23.081
Investimentos temporários (7)	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp.(7)	(2.251)	(2.251)
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (8)	28.373	31.590
Provisão para desvalorização - ativos não financeiros (9)	(8.688)	(9.347)
Material em estoque	101	90
Despesas antecipadas	564	92
	20.350	22.425
	49.930	45.506
Circulante	25.784	10.412
Não circulante	24.146	35.094

(1) O montante refere-se à:

- i. Taxas de administração e de equalização do FUNDESE no valor de R\$ 3.484 (R\$ 3.672 em 31 de dezembro de 2023);
- ii. Taxa de administração do FGAP no valor de R\$ 80 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2023);
- iii. Taxa de administração do FGAP no valor de R\$ 267 (R\$ 299 em 31 de dezembro de 2023);
- iv. Taxa de equalização do STN no valor de R\$ 3 (em 31 de dezembro de 2023 não existia saldo desta natureza)
- v. Valores de condomínio e manutenções a serem ressarcidos por órgãos que ocupavam parte do espaço físico da antiga sede, de R\$ 40 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2023);

(2) Vide nota explicativa nº 22;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

- (3) Composição de Pagamentos a ressarcir:
- i. Valores a receber junto à Secretaria de Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas referente a ITR no valor de R\$ 770 (R\$ 770 em 31 de dezembro de 2023), sem expectativa de realização e provisionados;
 - ii. Valores a receber de ex-empregados a título de co-participação em benefício recebido, por adesão a plano de demissão voluntários, em plano de saúde no valor de R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2023);
 - iii. Valores a receber do FGBP a título de ressarcimento de gastos com auditoria independente no valor de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023);
 - iv. Valores a receber do FGAP a título de ressarcimento de gastos com auditoria independente no valor de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023);
- (4) Em dezembro de 2022 a Desenhahia rescindiu unilateralmente um contrato de fornecimento de licença de uso de software ensejando no ressarcimento dos valores pagos;
- (5) Composição de Devedores diversos:
- i. Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e ressarcidas pelo STN - Tesouro Nacional, no valor de R\$ 25 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2023);
 - ii. Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nº 11.775/08 e 12.249/10, no valor de R\$ 187 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2023);
 - iii. Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural, relativos aos empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013, no valor de R\$ 3.260 (R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2023). Esse recebível possui um valor redutor de R\$ 2.943 (R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2023) que representa as rendas a serem reconhecidas quando do seu devido recebimento;
 - iv. Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA no valor de R\$ 407 (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2023);
 - v. O montante restante de R\$ 170 (R\$ 2.165 em 31 de dezembro de 2023) é composto por montante a ser recebido do Fundese para amortização de operação de crédito (R\$ 2.014 | apenas em 2023) e o por pulverizações em pequenos ressarcimentos e pendências a regularizar;
- (6) Provisionamentos de valores a receber sem expectativa de realização junto às Secretarias de Turismo, Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas referente a ITR;
- (7) A Desenhahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas;
- (8) O montante refere-se a imóveis recebidos em dação de pagamento de operações de crédito;
- (9) O valor refere-se a R\$ 8.615 (R\$ 9.274 em 31 de dezembro de 2023) de provisão por redução do valor recuperável de dois imóveis, que a administração pretende vende-lo por valor inferior ao registro contábil, e a R\$ 73 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2022) de provisão integral de bem não alienado no prazo estipulado pelo Bacen e classificado com bem em regime especial à época da vigência da norma específica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Investimentos

	30/06/2024			31/12/2023		
	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil
Investimentos (1)	497	(496)	1	497	(496)	1
Obras de arte	124	-	124	124	-	124
	<u>621</u>	<u>(496)</u>	<u>125</u>	<u>621</u>	<u>(496)</u>	<u>125</u>

(1) A Desenbahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas.

9. Imobilizado de uso

	30/06/2024			31/12/2023		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil
Instalações	1.436	(1.414)	22	1.436	(1.351)	85
Móveis e equipamentos	9.640	(7.760)	1.880	9.470	(7.443)	2.027
Imóveis de uso (1)	40.261	(9.005)	31.256	40.261	(8.671)	31.590
	<u>51.337</u>	<u>(18.179)</u>	<u>33.158</u>	<u>51.167</u>	<u>(17.465)</u>	<u>33.702</u>

(1) A Desenbahia efetua teste de recuperabilidade da sua sede anualmente, no segundo semestre. Não houve indicação de desvalorização no valor registrado.

10. Intangível

	30/06/2024			31/12/2023		
	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil
Gerados internamente	451	(100)	351	450	(82)	368
Licenças e direitos autorais e de uso	12.762	(5.715)	7.047	12.676	(5.499)	7.177
	<u>13.213</u>	<u>(5.815)</u>	<u>7.398</u>	<u>13.126</u>	<u>(5.581)</u>	<u>7.545</u>

11. Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país

	30/06/2024				
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES	8.583	26.440	82.221	44.405	161.649
FINAME	6.274	8.720	39.421	12.235	66.650
FINEP	-	-	-	-	-
BNB	952	4.105	14.594	6.601	26.252
FUNCAFÉ	630	322	308	-	1.260
FUNGETUR	720	2.740	8.681	1.645	13.786
Total	<u>17.159</u>	<u>42.327</u>	<u>145.225</u>	<u>64.886</u>	<u>269.597</u>
Circulante					59.486
Não circulante					210.111

	31/12/2023				
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES	8.336	23.967	83.653	40.391	156.347
FINAME	2.056	11.050	34.130	8.549	55.785
FINEP	171	-	-	-	171
BNB	1.270	4.008	15.568	7.538	28.384
FUNCAFÉ	-	932	168	-	1.100
FUNGETUR	614	2.114	7.460	1.643	11.831
Total	<u>12.447</u>	<u>42.071</u>	<u>140.979</u>	<u>58.121</u>	<u>253.618</u>
Circulante					54.518
Não circulante					199.100

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Outros instrumentos financeiros

A Desenbahia possui, também, um saldo de passivo financeiro com captação junto ao Ministério do Turismo, através do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR já recebida, mas ainda não liberados como operação de crédito ativa.

13. Obrigações fiscais, provisões e outros passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações fiscais		
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	8.342	30.917
Impostos e contribuições a recolher (1)	2.957	4.382
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	49	281
Total	11.348	35.580
Circulante	11.348	35.580
Provisões		
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	8.631	6.991
Provisão para contingências (3)	76.052	70.212
Total	84.683	77.203
Circulante	8.631	6.991
Não circulante	76.052	70.212
Outros passivos		
Remuneração de capital a pagar	32.243	16.041
Gratificações e Participações a pagar	220	4.796
Obrigações por aquisição de bens e direitos (4)	4.315	5.171
Credores diversos (5)	4.844	1.952
Total	41.622	27.960
Circulante	38.305	25.354
Não circulante	3.317	2.606

(1) Vide nota explicativa nº 22 (Processo nº 37.252.720-5);

(2) Do montante, a importância de R\$ 8.395 (R\$ 6.846 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a provisionamentos das obrigações trabalhistas, e R\$ 236 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2023) a provisões das despesas administrativas estimadas, a serem pagas no mês subsequente;

(3) Vide nota explicativa nº 22;

(4) Vide nota explicativa nº 10;

(5) Deste montante:

- i. O valor de R\$ 714 (R\$ 541 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a contas a pagar de despesas a vencer em período posterior;
- ii. O valor de R\$ 21 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a obrigações com assistência médica de empregados inativos que obtiveram este benefício por adesão aos PDV's em exercícios anteriores;
- iii. O valor de R\$ 2.197 (R\$ 385 em 31 de dezembro de 2023) representa lances recebidos em leilão de ativos não financeiros;
- iv. O valor de R\$ 1.912 (R\$ 975 em 31 de dezembro de 2023) está pulverizado em valores a pagar ao BNDES, pequenos valores a pagar e pendências a regularizar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais)****14. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal, assim distribuídas:

30/06/2024			
	Milhares de ações (quant.)	Capital social	%
Ações ordinárias	49.815.229	218.404	35,01%
Ações preferenciais com direito a voto	24.395.974	106.961	17,14%
Ações preferenciais sem direito a voto	68.090.562	298.532	47,85%
	142.301.765	623.897	100,00%

31/12/2023			
	Milhares de ações (quant.)	Capital social	%
Ações ordinárias	49.815.229	218.404	35,01%
Ações preferenciais com direito a voto	24.395.974	106.961	17,14%
Ações preferenciais sem direito a voto	68.090.562	298.532	47,85%
	142.301.765	623.897	100,00%

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,95% das ações preferenciais, totalizando assim 99,97% de participação.

b) Reservas de lucros

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, a reserva de lucros é constituída:

- Reserva legal: 5% sobre o lucro líquido;
- Reserva estatutária - para futuro aumento de capital: 35%, no mínimo, do lucro líquido após destinações de reserva legal e de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, e, do montante destinado ao pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas e faculta que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.

A Desenhahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir (os valores patrimoniais que compõem o cálculo do limite de cada período se reportam à 31 de dezembro imediatamente anterior:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Limite para Jun-2024	Limite para Jun-2023
Capital Social	623.897	569.461
Aumento de Capital	-	18.764
Valores não deliberados	(35.987)	-
Reservas de Lucros	166.021	150.296
Total	753.931	738.521
Base de Cálculo do JCP	753.931	738.521
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	3,300%	3,6625%
Limite do JCP dedutível para o período	24.880	27.048

No primeiro semestre de 2024 foi provisionado o montante de R\$ 24.000 (R\$ 27.000 em 2023) a título de juros sobre o capital próprio.

Os JCP declarados e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, e os JCP propostos e ainda não aprovados em assembleia são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de “Reserva Especiais de Lucros”.

Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenhbahia obteve uma economia fiscal de R\$ 7.560 (R\$ 8.505 em 2023).

15. Resultado bruto da intermediação financeira

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da intermediação financeira		
Operações de crédito	69.513	58.510
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	11.041	5.113
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	11.664	17.657
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos	11.614	7.767
Receita com reversão de provisões operacionais - desvalorização títulos	48	178
Despesas de provisões operacionais - desvalorização títulos	(4)	(270)
Total	103.876	88.955
Despesas da intermediação financeira		
Empréstimos e repasses - BNDES	(6.691)	(8.594)
Empréstimos e repasses - FINAME	(2.909)	(2.574)
Empréstimos e repasses - FINEP	(1)	(40)
Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais	(1.490)	(1.647)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.811)	(4.751)
Total	(17.902)	(17.606)
Resultado bruto da intermediação financeira	85.974	71.349

(1) Os saldos renegociados, incluindo as operações ainda ativas, totalizaram R\$ 16.669 (R\$ 16.212 em 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Outras receitas operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas de prestação de serviços		
Taxa de análise	1.686	616
Taxa de fiscalização de obras financiadas	3	6
Tarifa substituição/exclusão de garantias	61	4
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	1	7
Taxa com administração de fundos - Fundese	19.588	20.213
Taxa com administração de fundos - FGBP	501	556
Taxa com administração de PPP	6	6
Taxa com administração de FGAP	1.732	1.894
Total	23.578	23.302
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	128	263
Reversão de provisões operacionais - outras	1.467	601
Outras rendas operacionais (1)	8.805	1.711
Total	10.400	2.575

(1) Composição:

	01/01 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de equalização - PMC (1)	445	997
Rendas de equalização - PROTAXI (1)	1	1
Atualização monetária depósitos judiciais	664	548
Bônus recebidos	138	148
Atualização monetária de bônus PESA	240	17
Rendas de outros créditos com característica de concessão de crédito (2)	7.306	-
Rendas de equalização - STN	11	-
Total	8.805	1.711

(1) Refere-se a equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 05 de maio de 2000, e alterações posteriores, pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007 e 187/2012 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC e na linha de crédito PRÓTAXI.

(2) Rendas de créditos com característica de concessão de crédito, fruto de alienação de garantia (imóvel) de operação de crédito, dentro do processo de cobrança judicial.

17. Outras despesas operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas de pessoal		
Honorários	(1.369)	(1.070)
Benefícios	(2.672)	(2.496)
Encargos sociais	(8.215)	(7.537)
Proventos	(19.775)	(18.459)
Treinamento	(44)	(33)
Estagiários	(170)	(192)
Total	(32.245)	(29.787)
Outras despesas administrativas		
Água, energia e gás	(651)	(659)
Aluguéis	(203)	(175)
Comunicações	(146)	(126)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Manutenção e conservação de bens	(438)	(604)
Material	(71)	(94)
Processamento de dados	(989)	(894)
Promoções e relações públicas	(305)	(129)
Propaganda e publicidade	(324)	(205)
Publicações	(83)	(57)
Seguros	(79)	(69)
Serviços sistema financeiro	(344)	(317)
Serviços de terceiros	(1.213)	(998)
Serviços de segurança e vigilância	(538)	(492)
Serviços técnicos especializados	(907)	(690)
Transporte	(53)	(57)
Viagem no país	(185)	(161)
Outras despesas administrativas	(552)	(545)
Despesas de amortização	(234)	(861)
Despesas de depreciação	(789)	(843)
Total	(8.104)	(7.976)
Despesas tributárias		
ISS	(1.180)	(1.166)
COFINS	(4.557)	(3.848)
PIS	(740)	(625)
Outras despesas tributárias	(285)	(648)
Total	(6.762)	(6.287)
Outras despesas operacionais		
Despesas de provisões passivas (1)	(7.306)	(3.362)
Despesa descontos concedidos em renegociações (2)	(8.619)	(9.310)
Despesa Obrig. p/ Fundos Financiamento e Desenvolvimento	(313)	(179)
Outras Provisões Operacionais	-	-
Outras despesas operacionais (3)	(4.549)	(2.457)
Total	(20.787)	(15.308)

1) Vide nota explicativa nº 22;

2) Dois mutuários (três em 2023) efetuaram pagamentos antecipados o que gerou um desconto por descapitalização de R\$ 6.279 (R\$ 8.129 em 2023);

3) Em 2024 houve perdas com contingências no montante de R\$ 4.022 (R\$ 2.220 em 2023). O montante de R\$ 1.467 (R\$ 600 em 2023) estava provisionado e foi revertido para fazer face à essas ocorrências.

18. Resultado não operacional

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas não operacionais	403	572
Despesas não operacionais (1)	(166)	(3.385)
Total	237	(2.813)

(1) Destaca-se redução por recuperabilidade de ativos não financeiro mantido para venda, no valor de R\$ 3.372 em 2023. Em 2024 não houve evento desta natureza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação dos tributos sobre o lucro:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	(7.584)	(3.544)
Provisão Para Imposto De Renda - Valores Diferidos	(72)	(77)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda	4.850	(660)
	(2.806)	(4.281)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	(6.096)	(2.883)
Provisão Para Contribuição Social - Valores Diferidos	(57)	(61)
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social	3.875	(522)
	(2.278)	(3.466)
Total de tributos correntes e diferidos sobre o lucro	(5.084)	(7.747)

a) Tributos correntes

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
IRPJ		
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	48.259	31.622
(+) Adições	22.700	17.411
(-) Exclusões	(27.416)	(28.439)
(=) Lucro/Prejuízo Real	43.543	20.594
(-) Compensação prejuízo fiscal	(13.063)	(6.178)
(=) Lucro/Prejuízo Fiscal	30.480	14.416
IRPJ (15%)	4.572	2.162
Adicional Federal IRPJ ((-) nº meses * R\$ 20 mil * 10%)	3.036	1.430
(-) Incentivos Fiscais - PAT	(6)	(7)
(-) Incentivos Fiscais - Prorrogação da Licença	(18)	(41)
Maternidade/Paternidade Lei 11.770 /Dec 7.052		
	7.584	3.544

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
CSLL		
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	48.259	31.622
(+) Adições	22.700	17.411
(-) Exclusões	(27.416)	(28.439)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	43.543	20.594
(-) Compensação de Base Negativa da CSLL	(13.063)	(6.178)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	30.480	14.416
CSLL (20%)	6.096	2.883
TOTAL TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	13.680	6.427

b) Tributos diferidos

Os créditos tributários diferidos referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal e sobre Prejuízo Fiscal e sobre Base Negativa de CSLL, aplicando-se alíquotas vigentes, conforme apresentado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	Constituição	Realização /reversão	30/06/2024
a) Créditos tributários				
Provisão para Devedores Duvidosos	8.950	1.631	(430)	10.151
Provisão para Desvalorização TVM	646	-	(447)	199
Perda devido alienação AMV	-	1.135	-	1.135
Prejuízo Fiscal	5.332	7.066	(3.266)	9.132
Base Negativa de CSLL	4.178	5.649	(2.613)	7.214
Total geral - ativos fiscais diferidos	19.106	15.481	(6.756)	27.831
b) Débitos tributários				
Depreciação diferida	2.222	129	-	2.351
Total de passivos fiscais diferidos	2.222	129	-	2.351

c) Estimativa de realização dos créditos tributários

A expectativa de realização dos créditos tributários, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020, que demonstrou a existência de lucros ou resultados tributáveis ao longo dos próximos 10 anos conforme demonstrado a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029-2033	Total
Valor Nominal	-	-	3.602	4.262	3.328	16.639	27.831
Valor Presente	-	-	2.732	2.948	2.099	8.030	15.809

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, foram calculados considerando-se a taxa de captação praticada pela Desenhahia.

d) Créditos tributários não reconhecidos

Existem créditos tributários não ativados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL no montante de R\$ 136.947.

20. Resultados recorrentes/não recorrentes

Não houve eventos não recorrentes ao longo do primeiro semestre de 2024, assim como em 2023.

21. Partes relacionadas

A Desenhahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário: Pessoal-chave da Administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos nas Leis Estaduais nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992 e 7.599, de 7 de fevereiro de 2000, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2024 montam R\$ 1.269.556 (R\$ 1.240.191 em 31 de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

dezembro de 2023), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;

- FUNDURBANO: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2024 montam R\$ 314 (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2023), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;
- FGBP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2024 montam R\$ 373.921 (R\$ 358.081 em 31 de dezembro de 2023);
- FGAP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento do aporte de recursos de que trata do parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de Parcerias Público-Privadas na modalidade concessão patrocinada para a execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2024 montam R\$ 673.893 (R\$ 641.119 em 31 de dezembro de 2023);

Transações mantidas pela Desenbahia com essas partes relacionadas:

	Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	
	30/06/2024	31/12/2023
Taxa de administração - Fundese	3.262	3.293
Rendas de equalização - Fundese	222	380
Taxa de administração - FGBP	80	85
Taxa de administração - FGAP	267	299
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40	40
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162	162
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(28.284)	(16.041)
Remuneração diretoria colegiada	(100)	(90)
Total	(24.351)	(11.872)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Receitas (Despesas) incorridas no período	
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2024	30/06/2023
Taxa de administração - Fundese	19.588	20.213
Rendas de equalização - Fundese	446	998
Taxa de administração - FGBP	501	556
Taxa de administração - FGAP	1.732	1.894
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(24.000)	(27.000)
Remuneração diretoria colegiada	(1.592)	(1.142)
Remuneração conselho de administração	(220)	(208)
Remuneração conselho fiscal	(94)	(47)
Remuneração comitê de auditoria estatutário	(28)	(28)
Total	(3.667)	(4.764)

22. Provisão para riscos processuais

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados como provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31/12/2023	Constituição	Atualização	Reversão	30/06/2024
Trabalhistas	20.162	1.439	1.269	-	22.870
Cíveis	49.627	1.995	2.581	(1.466)	52.737
Fiscais	423	-	22	-	445
Total	70.212	3.434	3.872	(1.466)	76.052

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31/12/2023	Constituição	Atualização	Reversão	30/06/2024
Trabalhistas	54.849	1.747	3.416	(1.452)	58.560
Cíveis	39.554	4.011	2.182	(1)	45.746
Fiscais	1.762	-	92	-	1.854
Total	96.165	5.758	5.690	(1.453)	106.160

Processo nº 0110544-77.1999.8.05.0001

Em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente à ação de embargos à execução nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenhahia pagasse o valor de R\$ 66.198. Na ação de embargos à execução foi arguida a nulidade dos encargos financeiros da operação de crédito, buscando revisar os títulos, reconhecer a quitação da operação com pagamentos já efetuados e devolução de eventuais valores pagos a maior.

Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenhahia apresentou impugnações ao cumprimento de sentença alegando que não poderia ser apresentado novo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento, dentre outras matérias. As impugnações foram julgadas em julho de 2023, confirmando o valor da condenação em R\$ 29.760. A expectativa de perda foi atualizada, em setembro de 2023, saindo da categoria de risco possível para risco provável. A Desenbahia apresentou Agravo de Instrumento de nº 8056458-80.2023.8.05.0000 em novembro/2023. O Agravo foi recebido com efeito suspensivo, paralisando o prosseguimento da execução. Aguarda-se o julgamento do referido Agravo Instrumento.

Processo 0001858-93.1996.805.0001

Em dezembro de 2022, a Agência classificou com o prognóstico de perda provável o processo judicial 0001858-93.1996.805.0001, em virtude de manutenção de julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com baixa probabilidade de reversão nas instâncias superiores. Em que pese não tenha havido estipulação expressa do valor da condenação pelo Judiciário baiano, o lançamento foi atualizado para R\$ 3.865, em observância ao que dispõe o Código de Processo Civil brasileiro a respeito do tema. Foi interposto Recurso Especial, não admitido, e posteriormente, Agravo em Recurso Especial que ainda está pendente de julgamento. O Recurso Especial transitou em julgado, ensejando cumprimento de sentença de verba honorária ao advogado no valor aproximado de R\$126. A Desenbahia entende que o valor cobrado está em excesso, mantendo, portanto, a provisão atual.

Processo nº 0000309-15.2016.5.05.0028

Em janeiro de 2011, o normativo interno da DESENBAHIA previa que os empregados efetivos que permanecessem em exercício no mesmo cargo pelo período de 5 (cinco) anos, teriam direito à promoção por antiguidade, que seria concedida de forma automática aos empregados que cumprissem os requisitos normativos. A promoção prevista no referido normativo tratava-se de um ato jurídico ineficaz, uma vez que que fora elaborado com previsão diferida para seu aperfeiçoamento, haja vista que o prazo para que se tornasse eficaz, se daria apenas em 2016. Em dezembro de 2015, a DESENBAHIA entendeu pela revogação do Tópico "Promoção por Antiguidade", do normativo em comento, por conta da adoção de política-orçamentária de contenção de gastos e adequação da realidade econômica da época, sobretudo no âmbito da Administração Pública, antes mesmo que a norma viesse a ter eficácia no mundo jurídico. Desta forma, a concessão de promoção contida no normativo só viria a integrar o patrimônio jurídico de direitos dos empregados a partir do cumprimento integral dos requisitos estabelecidos. Com efeito, os empregados que não haviam cumprido os requisitos para a promoção por antiguidade possuíam mera expectativa de direitos. Com base nisso, a DESENBAHIA utilizou o seu poder regulamentar para revogar tópico de norma interna, especialmente pelo fato de que não há óbice legal, até que os direitos laborais não integrem o contrato de trabalho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Diante desta revogação prevista em lei, o sindicato ajuizou ação trabalhista sobre o referido tema.

O acordo do quinquênio, que vinha sendo discutido entre DESENBAHIA e SINDICATO DOS BANCÁRIOS desde dezembro de 2023, foi celebrado em audiência realizada em maio de 2024 na CEJUSC DE 1º GRAU - CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS. Na oportunidade, foi homologado o valor dos cálculos (nota explicativa nº 27).

Em alguns destes processos, a Desenbahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no exercício findo em 30 de junho de 2024, que se encontram registrados na rubrica “Outros ativos” (nota explicativa nº 7):

Natureza	31/12/2023	(+) Depósitos efetuados	(+) Atualização monetária	(-) Depósitos levantados	30/06/2024
Trabalhistas	6.011	379	353	(561)	6.182
Cíveis	2.247	-	150	(53)	2.344
Fiscais	5.575	-	161	-	5.736
Total	13.833	379	664	(614)	14.262

23. Benefícios a empregados

(1) Benefícios de curto prazo a empregados

São compostos notadamente pelas despesas de pessoal. Detalhes sobre estas despesas de benefícios a empregados, encontram-se na nota explicativa nº 17.

(2) Planos de contribuição definida

A Desenbahia é participante de um plano de previdência complementar na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da previdência social oficial para seus colaboradores, como patrocinador de um plano aberto gerenciado pelo Bradesco Vida e Previdência, não incorrendo, desta forma, em nenhum risco para a Agência.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela Desenbahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenbahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas desde o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

- De janeiro de 2000 até dezembro de 2004: até 12% da remuneração do participante;
- A partir de janeiro de 2005: até 10% da remuneração do participante.

Durante do semestre findo em 30 de junho de 2024, as contribuições da Desenbahia para esse plano totalizaram o montante de R\$ 1.239 (R\$ 1.160 em 2023).

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Agência possui apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 38.061 (R\$ 38.061 em 31 de dezembro de 2023), considerado suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Com relação às operações de crédito, é política da Desenbahia solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia dessas operações.

25. Gerenciamento de riscos e Análise de Sensibilidade

A Desenbahia adota um modelo integrado de gestão de riscos, seguindo as regulamentações do CMN e Banco Central, com suporte de políticas internas. O Gerenciamento de Riscos visa identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar riscos, incluindo crédito, concentração, liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, com a Resolução CMN nº 4.557, a Desenbahia reformulou sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital, integrando-se à gestão de Compliance (Resolução CMN nº 4.595), refletido nas políticas, diretrizes e governança corporativa.

25.1. Risco de crédito

A Desenbahia gerencia o risco de crédito, avaliando e monitorando a carteira de empréstimos. Utiliza modelos confiáveis, alinhados a regulamentações como as Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 2.682/99. A análise inclui taxa de inadimplência, índices de provisão e concentração por diversos critérios. No primeiro semestre de 2024, a inadimplência foi de 2,1%, inferior ao segundo semestre de 2023 (3,3%). As exposições ao risco são refletidas no valor das exposições pelo fator de risco - RWA_{CPAD} .

25.2. Risco operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição incluem o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A Desenhahia, em função de sua estrutura, tamanho e grau de exposição aos riscos, adota a abordagem do indicador básico para cálculo de alocação de capital referente a risco operacional - RWAOPAD.

25.2.1. Análise de sensibilidade

A Desenhahia, conforme Resolução BCB nº 2/2020, realizou análise de sensibilidade em três cenários alinhados com suas políticas de risco:

- Otimista: aumento de 5% na concessão de financiamento, melhoria na qualidade do crédito em 5%, aumento de 1,0% nos rendimentos de TVM, redução de 5% nas despesas com contingências e aumento de 5% nas receitas com taxas de administração de fundos.
- Pessimista: redução de 5% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 5%, redução de 1,0% nos rendimentos de TVM, aumento de 5% nas despesas com contingências e redução de 5% nas receitas com taxas de administração de fundos.
- Pessimista+: redução de 10% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 10%, redução de 1,5% nos rendimentos de TVM, aumento de 10% nas despesas com contingências e redução de 10% nas receitas com taxas de administração de fundos.

O impacto da oscilação de cada rubrica no lucro líquido previsto para o exercício, em cada cenário previsto, está evidenciado na tabela abaixo:

	Efeito no lucro líquido		
	Otimista	Pessimista	Pessimista +
Rendimento TVM	+1.385	-4.045	-6.067
Concessão de Crédito	-448	-766	-1.532
Despesa com PDD	+745	-745	-1.491
Despesa com Contingência	+1.086	-1.086	-2.172
Receb. de taxas com adm de fundos	+67	-1.648	-3.296

Obs.: Lucro líquido previsto no cenário base: R\$ 78.303 mil.

25.3. Risco de mercado

A Desenhahia gerencia o risco de mercado para otimizar resultados. Desde 2022, utiliza o índice IRRBB para avaliar a exposição ao risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018.

A perda máxima esperada no primeiro semestre de 2024 foi de R\$ 24,6 milhões, representando 5,30% do patrimônio de referência menos o destaque de capital (R\$ 463,1 milhões), abaixo do limite estabelecido pela

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Agência (10%). A Desenbahia, sem operações na carteira de negociação, não calcula RWAJUR, RWACOM, RWACAM e RWAACS.

25.4. Risco de liquidez

A Desenbahia adota política de liquidez conforme a Resolução CMN nº 4.557/17. O risco de liquidez é gerenciado controlando disponibilidades, monitorando previsões de recursos e mantendo Reserva de Liquidez, composta por Reserva Obrigatória e Contingencial.

25.5. Riscos social, ambiental e climático

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), em vigor desde 2014, foi aprimorada para atender aos novos requisitos da Resolução CMN nº 4.943/2021, incorporando agora o risco climático. Assim, foi estabelecida a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Essa adaptação exigiu uma modificação no Sistema de Gerenciamento de Risco Socioambiental (SARAS), que passou a incluir a avaliação do aspecto climático nos setores econômicos. As três categorias de risco (social, ambiental e climático) são avaliadas em conjunto, resultando em uma única nota que reflete o grau de risco, podendo ser baixo, médio ou alto.

O módulo para Gerenciamento do Risco Socioambiental (SARAS) está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.943/21 do BACEN e com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), além de atender à Resolução CMN nº 4.945/21.

25.6. Gerenciamento de capital

A Desenbahia segue a política de gerenciamento de capital conforme a Resolução CMN nº 4.557/17. O objetivo é manter o capital alinhado às atividades e riscos da Agência, em conformidade com as regulamentações, avaliando Patrimônio de Referência (PR) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme as Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21, conforme demonstrado a seguir:

	30/6/2024	30/6/2023
Parcela RWA OPAD	348.417	227.740
Parcela RWA CPAD	552.093	542.915
Ativos ponderados pelo risco - RWA (a)	900.510	770.656
Patrimônio de referência nível I - PR_I	763.108	702.944
Capital principal	763.108	702.944
Capital complementar	-	-
Patrimônio de referência nível II - PR_II	-	-
Patrimônio de referência - PR	763.108	702.944
Excesso de recursos aplicados no permanente	-	-
Patrimônio de referência para limite de compatibilização (b)	763.108	702.944
Capital destacado para operações setor público (c)	300.000	300.000
PR para comparação com o RWA (d = b-c)	463.108	402.944

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Parcela RBAN (e)	24.558	16.779
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	96.598	78.432
Margem / Insuficiência (g = d-f)	366.509	324.512
Índice de Basiléia: PR/RWA	51,43%	52,29%

26. Outros Assuntos

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Em abril de 2017, foi expedida Resolução nº 028/2017 do TCE, que declarou a ilegalidade do Contrato de Concessão nº 002/2010, firmado para a construção e operação da Arena Fonte Nova, determinando, dentre outros pontos, que o Estado da Bahia e a Fonte Nova Participações apresentassem, de modo conjunto e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, estudo visando à reavaliação e readequação econômico-financeira do contrato de concessão, com nova definição da matriz de risco do contrato.

Foram interpostos recursos contra esta decisão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, requerendo a revisão de suas determinações. Até a conclusão dos julgamentos destes recursos, não se pode considerar definitiva a decisão do órgão de controle e nem tampouco ser exigida a apresentação do estudo mencionado na resolução, devendo o prazo de 120 dias ser contado a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa. Saliente-se ainda que foi celebrado o Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2010, a fim de equacionar divergências referentes à execução contratual e reduzir despesas do erário, com base num estudo técnico realizado para atender o pleito do Tribunal de Contas do Estado.

Dentre os recursos apresentados, foram opostos Embargos de Declaração pelo procurador da pessoa jurídica integrante da concessionária que se insurgiu contra a decisão do TCE que o considerou Controlador da Sociedade de Propósitos Específicos, fato que ensejaria a sua responsabilidade. No entanto, sustentou o Embargante que a Controladora seria a própria pessoa jurídica, chamando atenção para a sua condição de mero procurador.

No julgamento, pautado para 16 de novembro de 2023, os Embargos foram conhecidos e, no mérito, acolhidos em parte, apenas para retificar a legitimidade dos Intervenientes Anuentes do Contrato de Parceria Público Privada, acolhendo os argumentos ventilados nos Embargos de Declaração ao aduzir que “não se deve confundir as pessoas jurídicas integrantes da concessionária com as pessoas físicas dos seus representantes, mantendo-se nos demais termos a Resolução nº 000028/2016”.

Vale esclarecer que a Desenhbahia atua como interveniente no referido contrato de PPP e sua participação ocorre apenas no mecanismo de pagamento da contraprestação pública, previsto na Lei Estadual nº 11.447/2009, cuja finalidade é assegurar às concessionárias signatárias de contratos de PPP o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações contraídas pelo Poder Concedente, o Estado da Bahia. Saliente-se que o gerenciamento e a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

movimentação dos recursos são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, na qualidade de Agente de Pagamento. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia informa mensalmente à Desenbahia o valor da contraprestação devida nos termos de cada contrato de PPP. A Desenbahia então repassa as informações ao Banco do Brasil, que por sua vez providencia o pagamento de cada concessionário.

Sendo assim, considerando a limitação da posição contratual da Desenbahia, as determinações constantes da Resolução nº 028/2017 do TCE não tem o condão de causar qualquer impacto no patrimônio desta Agência, não recaindo sobre ela quaisquer responsabilidades ou eventuais sanções, tanto que não há qualquer recomendação da Corte de Contas para a Desenbahia.

27. Eventos subsequentes

Em julho de 2024 a Desenbahia depositou em juízo R\$ 5.998 em virtude do acordo firmado no âmbito do processo nº 0000309-15.2016.5.05.0028 (nota explicativa nº 22). No referido mês houve uma reversão de contingência no valor de R\$ 8.639, após correção do valor depositado em juízo.

Ainda em julho de 2024 ocorreu a alienação de um ativo não financeiro mantido para venda, fruto de dação em pagamento de operação de crédito. O referido imóvel está registrado pelo valor recuperável de R\$ 10.469 e a transação foi no montante de R\$ 10.714, ensejando em um ganho de R\$ 245.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Batista Aslan Ribeiro

Conselheiros

Antônio Félix Macêdo Mascarenhas
Cícero de Carvalho Monteiro
Francisco Alfredo M. de Sousa Miranda
Marcelo Borges Weckerle
Paulo de Oliveira Costa
Pedro Ricardo M. Scavuzzi de Carvalho

DIRETORIA

Diretor Presidente
Paulo de Oliveira Costa

Diretor de Desenvolvimento e Negócios
Agenor Martinelli Braga

Diretor de Administração e Finanças
Fábio Serravalle Franco

Diretor de Operações
Marko Svec Silva

Marcelo Borges Weckerle
Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tôrres
Contador - CRC-Ba 24.277/O-0

Comitê de Auditoria Estatutário - CAE

**Vitor Lopes
Zenor Neto**

Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) – Desenbahia

Primeiro semestre do exercício de 2024

1. INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutária - CAE acompanha tanto a execução dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna na Desenhahia, como também tem o papel de supervisionar as demonstrações financeiro-contábeis da companhia e dialogar com os auditores externos sobre os seus trabalhos desenvolvidos no âmbito da Desenhahia.

Compete ao CAE, entre outras atribuições, recomendar à administração a contratação e substituição da empresa de auditoria externa, caso considere necessário; revisar, previamente a publicação das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; avaliar o cumprimento, pela administração da Desenhahia, das recomendações feitas pelos auditores independente e interno; avaliar e monitorar a exposição de riscos da empresa; monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e divulgadas da Desenhahia.

Conforme o Art. 15 da Resolução BACEN/CMN Nº 4.910/2021, a apreciação pelo Comitê de auditoria em relação as demonstrações contábeis devem considerar:

Art. 15. O comitê de auditoria deve elaborar, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II - descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas;

III - descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a instituição durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores;

IV - descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia;

V - avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente e com evidenciação das deficiências detectadas;

VI - avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e VII - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas (Grifo Nosso).

§ 1º O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração.

§ 2º As instituições devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento (Grifo Nosso).

O CAE tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração (CAD) da Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. no monitoramento e acompanhamento do processo da auditoria interna. Esta, por sua vez, está subordinada ao CAE e ao CAD, pelo que lhes atribui a dimensão necessária para atuar na verificação dos controles internos e contribuir na mitigação de erros e problemas que podem afetar a tomada de decisão e fragilizar os controles internos.

Ademais, dado a sua natureza de assessoramento, bem como, as atribuições de acompanhamento das atividades, tem como papel garantir o pleno cumprimento dos dispositivos legais e normativos internos e externos, pelo que se espera que contribua na

robustez do controle interno da entidade. Assim, destaca-se que as atribuições previstas para o CAE estão definidas no Art. 49 do Estatuto Social da Desenhahia.

Nesse diapasão, atuando nesse papel o CAE apreciou o Relatório das atividades de auditoria interna, bem como o parecer da auditoria independente e as demonstrações contábeis, as quais deverão estar contempladas no relatório de administração da companhia, conforme preconiza o Estatuto Social da Desenhahia (<https://www.desenhahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/estatuto-social-31-01-2022-sem-dados-pessoais.pdf>), bem como, o manual da organização (<https://www.desenhahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/mor-site-09-08-2021.pdf>).

Ao longo do primeiro semestre de 2024 foram realizadas 4 reuniões do CAE, com a participação de membros independentes, conforme norma do Banco Central, além de diálogos in loco e por telefone e e-mails com as áreas de contabilidade, *compliance* e auditoria interna da companhia.

O CAE é composto por membros, eleitos pelo Conselho de Administração (CAD). E suas atribuições encontram-se formalizadas no Estatuto Social da Desenhahia, conforme já exposto, em consonância com as disposições previstas na Lei nº 13.303/2016 e a Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021. O comitê é composto pelos membros a seguir, que atuaram durante o período supracitado, conforme planejamento previsto para o exercício de 2024, cujos nomes estão no Quadro 1.

Quadro 1: Composição do CAE - Desenhahia

Membros	Participação das reuniões no período
Vitor César R. Lopes	4/4
André Souza	2/4
Zenor Neto	2/4

No período, o CAE discutiu com a auditoria interna sobre o escopo das suas atividades e o plano de auditoria interna de 2024.

Em face do exposto, esse relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo CAE no primeiro semestre de 2024.

2. RESULTADOS

2.1. DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO COMITÊ DE AUDITORIA

Ao longo do primeiro semestre de 2024 foram realizadas as seguintes atividades e ações:

- (i) Apreciação do relatório do semestre 2024.1;
- (ii) Análise e reflexão sobre a Adequação do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT para o exercício–2024;
- (iii) Apreciação das Demonstrações Financeiras da Desenhahia referente ao primeiro semestre de 2024.1;
- (iv) Apreciação e aprovação do Relatório anual de acompanhamento de atividades –2024 da Auditoria Interna – Desenhahia
- (v) Discussão sobre o Planejamento das atividades e cronograma da AUDEXT, bem como, com a contabilidade sobre as demonstrações financeiras e os relatórios das atividades de auditoria interna.

2.2. A AUDITORIA INTERNA E RELATÓRIOS APRECIADOS

O CAE vem mantendo contato, constantemente, com a auditoria interna da Desenhahia, a fim de acompanhar as atividades desta em relação aos testes de controle interno, com a finalidade de manter a integridade e qualidade dos controles e processos organizacionais, conforme legislação e dispositivos legais vigentes.

Assim, foram realizada uma reunião no mês de agosto/2024, além de contatos por telefone e e-mails durante todo o semestre com a auditoria interna, cuja finalidade foi recebimento dos relatórios de auditorias finalizados, para a supervisão pelo CAE, além de alinhamento e obtenção de informações. Quanto ao relatório consolidado do primeiro semestre, o mesmo foi entregue pela AUDIN no dia 18/07/2024 e apreciado pelo CAE na reunião de 13/08/2024.

A partir dos trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna no primeiro semestre, o CAE recomendou à DCO que as informações de ações enviadas pelas áreas auditadas sejam acompanhadas de evidências da ação que fora reportada, seja para o atendimento ou não, bem como, que seja apresentado fundamento técnico e/ou jurídico para os casos em que houve manutenção da posição, mesmo quando a AUDIN sinalizou necessidade de correção. Todo trabalho da auditoria interna deve pautar-se na evidência para que as conclusões sejam materiais, conforme aponta a própria afirmação da gerência de que é testada a materialidade das ações.

Destaca-se que as atividades da auditoria interna da Desenhahia foram executadas observando para tanto as legislações emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil e as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como conforme a Resolução CMN Nº 4.879/2020, trazendo assim elementos robustos que podem ser utilizados pela alta gestão para implementar melhorias de controles e sistemas que mitiguem riscos que possam afetar às atividades da companhia.

Por fim, foi apreciado o Relatório de Auditoria Independente, que foi entregue na sequência das demonstrações financeiras, o qual foi apreciado e avaliado junto com os relatórios financeiros. A auditoria executada pela Russel Bedford, relativo ao 1º semestre de 2024, concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenhahia em 30 de junho de 2024.

Por fim, recomenda-se que as demonstrações financeiras sejam acompanhadas pelo relatório da auditoria independente e o presente relatório para apreciação do Conselho de Administração da Desenhahia.

Salvador (BA), 14 de agosto de 2024.

Vitor César R. Lopes

Coordenador do CAE

Zenor Neto
Membro Titular CAE



Desenbahia Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciarem o Balanço Patrimonial, em 30 de junho de 2024, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, verificaram a regularidade de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da Russell Bedford GM – Auditores Independentes S/S, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 27 de agosto de 2024

LUIS AUGUSTO PEIXOTO ROCHA
Presidente

RANIERI MURICY BARRETO

TATIANE CEZAR PEREIRA

JOSÉ ATÍLIO CARDOSO FILARDI

LEONARDO DE SOUZA REIS